

**Formação de professores da APAE/Aracaju (1968-1988) e as contribuições teóricas da Constituição da República Federativa do Brasil voltadas para a Educação Especial**

*Training of APAE/Aracaju teachers (1968-1988) and the theoretical contributions of the Constitution of the Federative Republic of Brazil for Special Education*

Ana Cláudia Sousa Mendonça<sup>1</sup>

Rita de Cácia Santos Souza<sup>2</sup>

**Resumo**

Este estudo teve como objetivo explicitar os passos da formação dos professores da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Aracaju (SE), no período de 1968 a 1988. Levando em consideração o recorte temporal apresentado, buscamos destacar alguns pontos importantes da sétima Constituição Federativa do Brasil de 1988, no que concerne o aporte teórico voltado para a Educação Especial. De cunho bibliográfico e documental, com abordagem na História Cultural, dialoga com estudiosos que falam da importância da memória social, individual e coletiva, como dos aspectos peculiares de cada sociedade, que diferem a história da memória e outros que agregam pertinência a temática trabalhada. Como procedimentos metodológicos foram realizadas entrevistas semiestruturadas com professores que pertenciam ao quadro funcional do período em estudo e outros que continuam em atuação. Constatou-se que a APAE aracajuana galgou os primeiros passos para as formações voltadas para a capacitação de professores e profissionais dentro e fora do Estado com diversos focos, abrindo horizontes e espaço para que todos pudessem ser atendidos com respeito e dignidade, de acordo com as normativas da Constituição Federativa. As conclusões pretenderam contribuir com a importância da

---

<sup>1</sup> Mestra em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Professora do Centro de Atendimento Educacional Especializado João Cardoso do Nascimento Junior da Rede Estadual de SE. Pedagoga de formação. Membro do Núcleo de Pesquisa em Inclusão Educacional e Tecnologia Assistiva - NÚPITA (UFS). E-mail: anaclaudiasm70@hotmail.com.

<sup>2</sup> Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe. Pós-doutorado e doutorado em Educação pela UFBA. Membro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial, SBHE e líder do Núcleo de Pesquisa em Inclusão Educacional e Tecnologia Assistiva - NÚPITA (UFS). E-mail: ritacssouzaa@yahoo.com.br.

associação nas formações de professores com direcionamento para a Educação Especial na cidade aracajuana.

**Palavras-chave:** Educação Especial. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. História. Formação de Professores. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) - Aracaju.

## **Abstract**

*The purpose of this study was to explain the steps taken by the teachers of the Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Aracaju (SE), from 1968 to 1988. Taking into consideration the presented time frame, we seek to highlight some important points of the seventh Federal Constitution of Brazil of 1988, regarding the theoretical framework focused on Special Education. From a bibliographical and documentary perspective, with an approach in Cultural History, dialogues with scholars who speak of the importance of individual and collective social memory, as well as the peculiar aspects of each society, which differ from the history of memory and others that add pertinence to the thematic work. As methodological procedures were conducted semi-structured interviews with teachers who belonged to the functional framework of the period under study and others that continue in action. It was verified that the APAE in Aracaju took the first steps towards the formation for training teachers and professionals inside and outside the State with several foci, opening horizons and space so that all could be attended with respect and dignity, according to the normative of the Federal Constitution. The conclusions intended to contribute to the importance of the association in teacher training with guidance for Special Education in Aracaju city.*

**Keywords:** *Special Education. Constitution of the Federative Republic of Brazil of 1988. History. Teacher training. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) – Aracaju.*

## **Introdução**

O relato integra a dissertação “Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) – Aracaju: Formação de Professores e Práticas Educativas (1968-1988)”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, que pesquisou como se deu a formação de professores e profissionais da referida instituição, e também, como eram desenvolvidas as práticas educativas em um recorte temporal que no estado de Sergipe, à época, poucos tinham conhecimento sobre a Educação Especial e a área não era contemplada nos currículos acadêmicos.

O recorte temporal data da fundação da instituição a chegada da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que trouxe como fundamentos da República, a cidadania, o respeito e a dignidade da pessoa humana, enquanto cidadão de direitos e deveres e traz em seu artigo 5º, inciso I que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”.

A sétima Constituição da República Federativa do Brasil foi promulgada em 5 de outubro de 1988, e teve como matriz, de acordo com Santos (2008, p. 23), “a Constituição portuguesa de 1976”. Essa prescrição legal distinguiu-se das antecessoras por ampliar diversos direitos, como os individuais e coletivos e garantiu proteção a vários segmentos da sociedade.

No entanto, por possuir em sua legislação um caráter intervencionista, findou, de certa forma, engessando o Brasil enquanto Estado em campos de suma importância para o desenvolvimento econômico, político e administrativo. Sendo assim, passou por 96 Emendas Constitucionais, a última ocorrida em 6 de junho de 2017, permitindo ao país reformas estaduais.

No que consta da conceituação, Santos (2008, p. 23) explica que “[...] a Constituição, pelo conceito mais comum, é ‘a lei ou carta magna de um país’”. É ela que direciona os governos em todas as esferas, visto que os estaduais e municipais legislam tendo a carta magna como eixo central. Vale ressaltar: “A Constituição é a suprema força política de um país, nas suas normas e valores, coordenadora e árbitra de todos os conflitos, sempre que fiel ao poder constituinte legitimamente expresso” (FAORO, 1981, p. 16 apud SANTOS, 2008, p, 23).

Dessa forma, com o caminhar para a elaboração da Constituição de 1988, ela pôde ser considerada uma das quatro legais e legítimas, dentre as sete – há quem indique uma oitava Constituição, ao defender a Emenda Constitucional nº 01 de 1969 como uma nova Constituição – porque foram promulgadas por Assembleias Nacionais Constituintes e teve a participação do povo nas discussões e construção.

“Para Todos” – O Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil, arrolou dados importantes sobre a Assembleia Nacional Constituinte entre 1986 a 1988, indicando que com o fim da ditadura militar, iniciou-se a elaboração da nova Constituição.

O movimento das pessoas com deficiência também participou desse processo na busca pela inserção de suas demandas no texto constitucional. Na 3ª Reunião de Conselhos e Coordenadorias Estaduais e Municipais de Apoio à Pessoa Deficiente, realizada em Belo Horizonte dos dias 5 a 7 de dezembro de 1986, os representantes de coordenadorias, conselhos e entidades de e para pessoas com deficiência aprovaram a proposta a ser levada à Constituinte: a Emenda Popular nº PE00086-5.

Os 14 artigos contemplam temas que vão de igualdade de direitos e acessibilidade, até educação básica profissionalizante. A Emenda com 32.899 assinaturas foi submetida à Constituinte sob a responsabilidade da Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos (ONEDEF), do Movimento pelos Direitos das Pessoas Deficientes (MDPD) e da Associação Nacional de Ostromizados (ABRASO).

A expressão “pessoas portadoras de deficiência<sup>3</sup>” foi adotada na Constituição Federal de 1988, nas estaduais e em todas as leis e políticas pertinentes ao campo das deficiências. O movimento se articulou para participar da Assembleia Nacional Constituinte.

Paulo Roberto Guimarães Moreira, paraplégico, militante do movimento, está no Ministério da Cultura e é fundamental nessa articulação. Responsável pelo “Programa de Cultura e Portadores de Deficiência”, promove o ciclo de encontros “A Constituinte e os Portadores de Deficiência”, realizado em 11 capitais brasileiras, entre 1986 e 1987. (BRASIL, 2010, p. 17).

---

<sup>3</sup> As expressões “pessoa portadora de deficiência” e “portadores de deficiência” entraram em desuso por volta da metade da década de 1990 e a terminologia utilizada passou a ser “pessoa com deficiência”, que permanece até hoje. Esse termo faz parte do texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotado pela ONU em 2006, ratificado com equivalência de emenda constitucional no Brasil através do Decreto Legislativo nº 186 Site externo e promulgado por meio do Decreto nº 6.949 Site externo, em 2009.

O art. 5º da Constituição Federal de 1988, sobre os direitos e deveres evidencia que: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 2016, p. 13).

A partir desse artigo, a história do país passou a ter novos caminhos desenhados, pois foi determinado que homens e mulheres tivessem direitos e deveres na mesma proporção, o tratamento desumano tornou-se crime, a liberdade de consciência e de crença passa a ser invioláveis, todos são livres para exercerem seus direitos e deveres com responsabilidade e respeito ao próximo.

Sobre a educação, abordada no art. 205, a Constituição de 1988 destacou que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 2016, p. 123).

Evidencia-se, assim, que o desenvolvimento da pessoa é de responsabilidade de um trabalho conjunto entre o Estado, a família e a sociedade, visto que o art. 5º deixa claro que todos são iguais perante a lei.

O art. 208 trata dos deveres que compete ao Estado com a educação e, no inciso III, assegura o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 2016, p. 123). Este recorte literário revela o objetivo de integrar e socializar a todos, independentemente das suas especificidades.

Dessa forma, foi com a promulgação da Constituição Federativa do Brasil de 1988 que as pessoas com deficiência, a passos lentos, em nosso país, começaram a galgar conquistas em espaços comuns a todos.

A sua educação passou a ser responsabilidade não só da família, mas em parceria com o Estado e a sociedade, militantes da causa, governos nacionais e internacionais iniciaram mobilizações pelo mundo e outras leis, projetos, decretos, normas, movimentos foram surgindo e ganhando forças,

impulsionando muitos estudos e pesquisas na área da Educação Especial, no Brasil, em Sergipe e no mundo.

E foi através dessas parcerias que em 1954, chegou ao nosso país, procedente dos Estados Unidos da América, Beatrice Bemis, membro do corpo diplomático norte-americano e mãe de uma pessoa com Síndrome de Down<sup>4</sup>, e, como tinha conhecimento de uma experiência anos luz do que encontrou por aqui, com vistas a um trabalho direcionado à atenção à pessoa com deficiência, sensibilizou-se por já ter participado da fundação de mais de duzentas e cinquenta associações que eram compostas por grupos de pais, amigos, professores e pessoas que apoiavam as causas dos excepcionais.

Sendo assim, a ideia foi disseminada em nosso Brasil, tendo uma aceitação boa por parte de pessoas envolvidas com a Educação Especial e no dia 11 de dezembro de 1954, ano da visita de Beatrice, foi fundada no Rio de Janeiro a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

## **Aportes teóricos e metodológicos**

Para garantir a confidencialidade nos registros individuais, os informantes foram alcunhados pelo nome de “margarida”. A referida escolha sustenta-se em razão de ser a figura da flor margarida o símbolo adotado pela APAE para representá-la, adequando apenas o nome do estado e a cidade a que pertence.

Trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico e documental, com abordagem na história cultural, onde se optou pelas entrevistas semiestruturadas, com base na Análise de Conteúdo de Bardin (2011), que enfoca a importância de escutar o outro:

As raízes da análise são diversas, heterogêneas, e vários campos de pesquisas e práticas se desenvolveram independentemente – e continuam a coexistir – sem relação entre si. [...] Como escreve

---

<sup>4</sup> Síndrome de Down (trissomia do 21 ou SD), que se caracteriza pela presença de um cromossomo extra nas células do indivíduo, atingindo a área cognitiva, causando problemas no desenvolvimento corporal, o que promove características físicas típicas e a deficiência intelectual.

Lacan: “Qualquer discurso pode ser alinhado nas várias pautas de uma partitura.” E várias chaves podem servir para ouvir a música de múltiplas vozes que brota de seres humanos que comunicam. (BARDIN, 2011, p. 275-276).

O autor posto evidencia que cada um é singular e a individualidade reflete nas falas e posturas e que na forma como são conduzidas, há relação entre as mesmas, por isso, a importância de correlacioná-las nas análises.

Como referencial teórico documental, estudou-se a Ata da 2ª Assembleia da APAE, realizada no dia 29 de abril de 1971 e o Estatuto da associação de 25 de janeiro de 1969, embasados em Chartier (2009) que expressa que o conhecimento é fruto da relação que existe entre o passado e o presente. Le Goff (2003) que aborda a memória social, Charlot (2005) que traz que a educação supõe a relação com outro e demais teóricos que ajudaram na construção e fundamentação do estudo.

As entrevistas semiestruturadas com base em Gil (2002), embora livres, enfocam um tema específico e são guiadas pela relação de pontos afins que o entrevistador vai explorando no decorrer do processo e assume a responsabilidade de manter ou trazer o entrevistado ao ponto central após alguma digressão e, quando se trata de entrevista de pesquisa, o entrevistador constitui a única fonte de motivação para o êxito do trabalho.

Conforme Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1999), a entrevista permite ao pesquisador explorar, de forma coesa, o tema abordado, por ter a natureza interativa, podendo ser usada como a principal fonte de coleta de dados, como também, de acordo com os instrumentos selecionados, ser parte integrante da observação participante.

O resultado obtido dependeu das habilidades da preparação do entrevistador antes de adentrar o campo de pesquisa, assim como a sua capacidade de condução, mantendo o diálogo aberto, livre, de forma clara, desinibida, coerente e que não caminhasse para um contexto pessoal.

Dessa forma, foram usadas como estratégias a elaboração de perguntas sucintas e de dificuldade média, sem amplitude nas evocações dos informantes, que não causassem inibição ou constrangimento e que pudessem responder ao objetivo da pesquisa, atendendo às propostas

levantadas e com fluidez no diálogo.

## **Redimensionando o olhar para a formação de professores da apae/aracaju entre 1968 a 1988**

Pensar na formação de professores voltada para a Educação Especial em Sergipe, de 1968 a 1988 é um tanto quanto utópico, quando, após a Historiografia do nosso estado, constatou-se que a temática ainda não alcançava as cadeiras acadêmicas e o desconhecimento era grande por parte de um número substancial da sociedade.

No entanto, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, que teve a sua fundação normatizada em 27 de agosto de 1968 (APAE, 1969, art. 35, p. 12), já tinha uma preocupação com o atendimento oferecido aos assistidos e buscava potencializar os seus professores e profissionais com o que aparecia de formação com foco na Educação Especial, na cidade aracajuana e em outros estados.

Quando possível, trazia os profissionais até a associação ou enviava os seus para formações em outras federações. Essa preocupação está expressa na Ata da 2ª Assembleia da APAE, realizada no dia 29 de abril de 1971.

[...] Apresentou ainda a referida Senhora, 2 recibos de (300,00 trezentos cruzeiros) cada, correspondentes às segundas parcelas da contribuição da Associação para estagio feito em Salvador pelas Professoras Maria Auxiliadora Bastos Nascimento e Fátima Maria Monteiro Nascimento (ATA DA 2ª ASSEMBLEIA DA APAE, 29 de abril de 1971).

De acordo com o posto na ata, a associação tinha enviado duas professoras para Salvador/BA, para estágio na área da Educação Especial e os mesmos aconteciam na Associação de Pais e Amigos da referida capital. Ficou expresso que mesmo diante das dificuldades financeiras, de transportes e comunicação inerentes ao período mencionado, havia parceria entre as associações na busca pelas formações que pudessem auxiliar seus professores e profissionais no campo escasso do conhecimento da diversidade, para a década, excepcionalidade.



Nas entrevistas, os informantes evidenciaram a preocupação da presidência em relação às formações e que as mesmas aconteciam com certa frequência e não tinham um período específico, sendo realizadas de acordo com as oportunidades dos cursos que começavam a aparecer em vários estados e com a disponibilidade financeira da associação, que, conforme os depoimentos, os dirigentes não mediam esforços para que os seus profissionais se fizessem presentes.

Também contavam com muitas parcerias, que iam de políticos, empresários, a grandes e pequenos comerciantes da capital sergipana. As doações, tanto financeira, de materiais ou recursos humanos foram no período, significantes para o alicerce da associação que galgava os primeiros passos, contribuindo assim, para as formações relacionadas pelos informantes, quando dizem:

Particpei de vários cursos e fui para um curso em Natal, passamos uma semana lá e em Salvador foram outras pessoas. Para os cursos daqui vinha gente de fora e de lá também, aconteciam na própria instituição. Para mim foi ótimo porque cheguei sem bagagem nenhuma. A gente se aperfeiçoou bem ali. (MARGARIDA 6, 2017).

Tenho certificado de conferências, de cursos que fiz de inclusão que particpei na APAE. (MARGARIDA 4, 2017).

E ainda fazia na época muitos cursos, vinham verbas dos Estados Unidos, acho que “Amigos da América” para cursos, eram cursos muito bons. Como lidar com as crianças e como lidar com os colegas e eram cursos muito bons. Tenho muitos certificados e posso enviar para você. (MARGARIDA 5, 2017).

Os cursos eram frequentes e eram feitos aqui na APAE e fora. (MARGARIDA 10, 2017).

Eu tive uma sorte durante os três anos que passei na APAE porque foi um período de efervescência e a gente teve muita preparação em serviço porque na escola normal e na universidade ainda não tinha cursos específicos para a educação especial e eu cheguei num período muito rico de formações e de muitos cursos, iam muitos profissionais até a APAE para passar cursos para nós, com certificados. Eram formações com profissionais da UFS, do Rio de Janeiro, de Pernambuco, do Ceará. Eram cursos de formação específica para professor mesmo, na área de pedagogia e de Psicologia. (MARGARIDA 11, 2017).

Percebe-se através dos depoimentos, que o presidente da associação e a equipe diretiva, estavam atentos nas formações que aconteciam em todo o

país e no próprio estado, buscando atender as lacunas deixadas nos cursos acadêmicos em relação à Educação Especial, com o intuito de preparar seus professores e profissionais para a demanda que crescia à medida que as pessoas iam tomando conhecimento das possibilidades de um espaço para atender os seus filhos com deficiência.

Foi um período de crescimento no país das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais, como de formações específicas na área em estudo; os meios de comunicação mesmo que de maneira tímida, passaram a dar um enfoque para a pessoa com deficiência, tendo como termo usado, “excepcional”, e assim, o mundo, o país e em especial a cidade aracajuana de Sergipe, tomava conhecimento das possibilidades de inserção na educação e na sociedade, dessas pessoas, que por séculos estiveram à margem em direitos e deveres.

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais aracajuana, dentro das suas dificuldades inerentes aos primeiros anos de firmação financeira, social, administrativa e política, também buscava se familiarizar com o trabalho prestado à sociedade. E através dos meios de comunicação de maior circulação, tinham acesso ao conhecimento do que acontecia em outros estados, como na vizinha Salvador, como pontua a referida ata:

O Diretor Adjunto, Seabra, trazendo consigo um exemplar de “A TARDE” de Salvador, chamou à atenção de todos para o interessante artigo “VOCÊ SABE O QUE É UM EXCEPCIONAL?” inserido no referido diário, tendo na oportunidade lido alguns dos principais trechos do referido artigo; solicitando o seu arquivamento na secretaria da APAE. (ATA DA 2ª ASSEMBLEIA DA APAE, 29 de abril de 1971).

No percurso dessa pesquisa, percebeu-se que formação continuada de professores é um tema que está sempre em voga nas discussões acadêmicas e nos eventos, como seminários, encontros, congressos e palestras.

E, dessa forma, deixando em evidência a importância e as dificuldades em encontrar um ponto de equilíbrio que preencha os espaços que possa atender a todos, independentemente de ser ou não pessoa com deficiência. A educação é um direito de todos os cidadãos, primordial para a construção de

uma sociedade igualitária, sem preconceito, sem segregar, e sim, possível de um crescimento social sem mazelas educacionais.

Por outro lado, muito se fala, discute e legisla, todavia, as formações no geral estão com rachaduras e apontam deficiências identificadas pelos professores ao adentrarem as salas de aula, quando se deparam com o aluno ou alunos com deficiências específicas e não sabem o que fazer e nem com agirem, visto que, os conteúdos são importantes, mas, a prática é essencial e a mesma, quase inexistente nas formações.

O professor e pesquisador Charlot (2005), em seus escritos sobre formação de professores, traz à luz, pontos primordiais para que mudanças aconteçam nesse cenário e novas propostas possam ser introduzidas a partir dessas reflexões:

O problema é, finalmente, que, para ajudar os professores a enfrentar as novas situações de ensino, oferece-se a eles hoje uma formação de tipo universitário em que predomina um acúmulo de conteúdos disciplinares. Esses conteúdos não são inúteis (não há boa pedagogia sem um bom conhecimento dos conteúdos ensinados), mas não se vê realmente em que eles permitem aos professores resolver os problemas com os quais são confrontados. (CHARLOT, 2005, p. 86).

Formar alguém para trabalhar com o outro é dicotômico caso não se saiba quem é o outro, quais as suas necessidades, qual será o melhor caminho para a sua aprendizagem, o que ele espera do seu formador, quais as suas dificuldades e habilidades e quais potencialidades possui.

Os professores, na maioria das vezes, em suas formações, como posto por Charlot (2005), são enxertados de conteúdos que possuem a sua significância no caminhar profissional. Contudo, falta trabalhar as especificidades de como os mesmos podem ser fragmentados diante de situações heterogêneas, a prática nas formações continuadas devem ser priorizadas, pois, munirá o profissional de possibilidades de atender as diversidades dentro das salas de aula.

Enfim, independentemente de se ir trabalhar com as classes regulares inclusivas ou as classes especiais, as formações acadêmicas e as continuadas, devem ser pensadas para todos.

Charlot (2005, p. 77) diz que “[...] a educação supõe uma relação com o Outro, já que não há educação sem algo de externo àquele que se educa. Este é um outro universal da situação de ensino”.

Compreende-se o percurso da formação com direcionamento na área da Educação Especial, de professores e profissionais do período demarcado pela pesquisa, como de suma importância, visto que a história brasileira e aracajuana estava fazendo “História” dentro da educação do país e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Aracaju/Sergipe, trilhava caminhos antes não ousados pela sociedade em que estava inserida.

O deficiente era visto como doente e incapaz de realizar as suas atividades, isso fazia com que seus familiares os colocassem em instituições específicas e isoladas das outras pessoas ditas “normais”, uma vez que a sociedade acreditava que essas pessoas eram um problema para o país, improdutivas e que só acarretavam despesas para os cofres públicos. (SEIXAS; FERNANDES, 2015, p. 44).

Como retratado, aquele período era um momento da história da formação de professores que exigia desprendimento de paradigmas construídos por séculos na história: o da incapacidade de aprendizagem das pessoas com deficiência.

Redimensionar um novo olhar, formando e informando as potencialidades inerentes a cada ser singular, na sua maneira de agir, aprender, comunicar-se, compreender, e que todos têm possibilidades que precisam ser evidenciadas e transformadas em ações positivas, através das metodologias ativas, críticas e reflexivas.

Para Chartier (2009) o conhecimento é produzido devido à relação entre o passado, as memórias, o presente, o individual e o coletivo das sociedades. Dessa forma:

A história é suscetível de um enfoque similar que não dissolva o conhecimento na historicidade, fechando o caminho para um relativismo cético, mas que também reconheça as variações dos procedimentos e as restrições que regem a operação histórica. (CHARTIER, 2009, p. 20).

Pensando nessa operação histórica, suas variações e restrições, a Educação Especial por décadas perpassou por caminhos associados à saúde mental e física. A “incapacidade” era forte e norteava as necessidades dos assistidos pela sociedade. Alguns estudos mostram que os médicos cuidavam/tratavam do que era visível, o externo e o potencial cognitivo, e, por desconhecimento das possibilidades de aprendizagem individual, eram renegados.

Persiste na sociedade, apesar dos avanços ocorridos, grande influência do modelo médico da deficiência, que impõe uma visão de inferioridade biológica e fisiológica às pessoas com deficiência. É comum, hoje, mesmo com todos os avanços ocorridos na sociedade, ser associada à expressão “pessoa com deficiência” a idéia de eficaz, de não eficiente, de incapaz – incapaz de estudar, de se relacionar, de atuar produtivamente na sociedade, enfim, de ser alguém em plenitude. (MARTINS, 2007, p. 200).

Dessa maneira, a formação de professores da APAE, no período em estudo, foi importante porque, aos poucos, foi quebrando o paradigma da “incapacidade”.

Os professores, em sua maioria, que chegaram sem saber o que era Educação Especial, foram percebendo, nas práticas diárias, muitos por intuição, que os assistidos, dentro de suas limitações, aprendiam e tinham capacidades de compreensão, zelo, organização e o desejo do conhecimento.

Freire (1996, p. 59), sobre o saber à prática educativa, elucida que: “[...] o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros”.

As formações, gradativamente, foram acrescentando aprendizado e apresentando caminhos a serem desbravados com o melhor de cada um.

Não era só a falta de formação ou o desconhecimento total em relação à Educação Especial. Esses profissionais também tinham que lidar com o preconceito estampado na sociedade e a rejeição da própria família por ter gerado um filho que não atendia às expectativas deles e de onde estavam inseridos, sendo motivo de vergonha para todos. Conforme relatado em uma das entrevistas:

O que me chamou atenção e mobilizou na época era a morosidade que as pessoas com deficiência tinham e a distância que era da sociedade em compreender o valor daquela morosidade por elas não responderem as expectativas, aos desejos deles. [...]. O encontro de famílias sem aceitar, por não suportar e pela subjetividade mesmo do sonho do filho perfeito. [...]. Quanto preconceito existe com alguém que não corresponde ao ideal. (MARGARIDA 4, 2017).

Conforme explicitado, a APAE aracajuana abriu caminhos para as formações voltadas para a capacitação de professores e profissionais dentro e fora do Estado com diversos focos, abrindo horizontes e espaços para que todos pudessem ser atendidos com respeito e dignidade, de acordo com as normativas da Constituição Federativa do Brasil.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 dispõe que todos são iguais perante a lei e, assim, compreende-se, que as formações de professores e as práticas educativas devem atender a todos nos diversos âmbitos educacionais.

Por isso, devemos atentar para o que estamos dando vida através das propostas de inclusão, para poder ver se estamos pondo em prática os direitos constituintes ou fazendo um caminho inverso.

As entrevistas foram essenciais, pois, através das mesmas foi possível a elaboração do percurso traçado pela APAE na história de vida de todos os envolvidos e, principalmente, dentro da sociedade aracajuana como sendo a primeira associação que teve o foco do seu atendimento educacional direcionado a atenção da pessoa com deficiência intelectual e múltipla.

Percorrer esses vinte anos de história da APAE de Aracaju foi difícil e, ao mesmo tempo, de uma riqueza inestimável frente à formação dos profissionais que tiveram papel importante nos dados coletados e nas informações obtidas através das entrevistas que subsidiaram as indagações levantadas no início da pesquisa. Souza aponta em seus escritos que:

A História da Educação Especial em Sergipe é, em síntese, a história das suas instituições. Sergipe conta com um número relevante de instituições que estão desenvolvendo seus trabalhos, principalmente na capital. As dificuldades para mantê-las são inúmeras; e embora cada uma tenha suas necessidades específicas, obstáculos maiores se resumem aos aspectos financeiro e pessoal qualificado para o atendimento à clientela. (SOUZA, 2013, p. 116).

Como retratado pela autora, pessoal qualificado para o atendimento era um dos entraves no período da fundação da APAE, visto que não existiam políticas públicas específicas para o atendimento das pessoas com deficiência. Mazzotta (2005) expressa:

O atendimento educacional aos excepcionais foi explicitamente assumido, a nível nacional, pelo governo federal, com a criação de Campanhas especificamente voltadas para este fim. A primeira a ser instituída foi a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro – C.E.S.B. – pelo Decreto Federal nº 42.728, de 3 de dezembro de 1957. As instruções para sua organização e execução foram objeto da Portaria Ministerial nº 114, de 21 de março de 1958, publicada no Diário Oficial da União de 23 de março de 1958. (MAZZOTTA, 2005, p. 49).

A partir da campanha citada, outras foram sendo instituídas lentamente no país, visando trazer informações para a sociedade a respeito das pessoas com deficiência que, por séculos de história, foram vistas como, improdutivas, vazias e incapazes de viverem em sociedade. Assim, elas percorreram um caminho de exclusão, segregação e integração para alcançar a inclusão de fato e de direito dentro das escolas, universidades e demais espaços comuns a todos.

Os dados coletados apontaram as dificuldades do período em relação à formação dos professores, ou melhor, “a não formação dos professores” na área da Educação Especial.

Diante dos dados extraídos dos informantes, três aspectos chamaram atenção e foram de suma importância para a efetivação da pesquisa.

O primeiro aspecto foi que “pouco se falava em Educação Especial e na sua diversidade”. Neste sentido, mesmo sem uma formação adequada, os professores abraçavam os desafios e buscavam trabalhar com o seu máximo.

Não era preciso ser preparado/formado para fazer as articulações, pois trabalhava-se extraíndo as potencialidades, intuindo práticas educativas, adaptando material de acordo com as necessidades surgidas nas experiências diárias. Com isso, a formação foi consequência do modelo de trabalho.

O segundo aspecto, “o desconhecimento”, foi o termômetro motivador do desejo de querer aprender e buscar formações no campo para um engajamento maior.

Os envolvidos sentiam a necessidade e “queriam” conhecer estratégias diferenciadas, possibilidades de práticas educativas que dessem autonomia e independência para o público que recebeu, sendo esses profissionais, pedras brutas que precisavam preencher as linhas das suas histórias de vida antes de integrarem a história de outros.

E o terceiro e último aspecto é que não adianta um arcabouço de políticas públicas, direitos legislados, se a sociedade, as universidades e as escolas – dentro do seu todo – “não olharem para as potencialidades e possibilidades individuais” sem estigmatizar aqueles que não se enquadram nos ditames das mesmas, que não haja formações específicas e, sim, que todas as formações sejam universalizadas, pois:

A diferença (vem) do múltiplo e não do diverso. Tal como ocorre na aritmética, o múltiplo é sempre um processo, uma operação, uma ação. A diversidade é estática, é um estado, é estéril. A multiplicidade é ativa, é fluxo, é produtiva. A multiplicidade é uma máquina de produzir diferenças – diferenças que são irreduzíveis à identidade. A diversidade limita-se ao existente. A multiplicidade estende e multiplica, prolifera, dissemina. A diversidade é um dado – da natureza ou da cultura. A multiplicidade é um movimento. A diversidade reafirma o idêntico. A multiplicidade estimula a diferença que se recusa a se fundir com o idêntico. (SILVA, 2000, p. 100-101).

Na construção de currículos e de políticas públicas, temos o poder de definições essenciais para o percurso da história da Educação Especial, assim como para as formações de professores.

O desconhecimento era iminente entre os entrevistados, na época em que muitos adentraram as portas da APAE, onde estes iniciaram as suas atividades na associação por meio de convites, indicações, estágios, necessidade de trabalhar ou comodidade de ser perto da residência. Poucos foram os que chegaram tendo conhecimento do trabalho desenvolvido. Sobre o valor da memória, Le Goff (2003) salienta:



A evolução das sociedades, na segunda metade do século XX, elucida a importância do papel que a memória coletiva desempenha. Exorbitando a história como ciência e como culto público, ao mesmo tempo a montante, enquanto reservatório (móvel) da história, rico em arquivos e em documentos/monumentos, e aval, eco sonoro (e vivo) do trabalho histórico, a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando, todas, pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção. (LE GOFF, 2003, p. 469).

A memória coletiva foi fundamental para a realização dessa pesquisa, trazendo dados que dialogaram entre si e alicerçaram a conclusão dos pontos levantados durante o processo de construção desse estudo.

Le Goff (2003, p. 422), expõe que “o estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento”.

Dessa forma, buscar compreender a história da formação dos professores e profissionais da APAE aracajuana, no período em destaque, com vistas às memórias sociais foi de grande valia para a compreensão do objetivo traçado.

Esta pesquisa nos ensinou que formar professores continua sendo essencial para o crescimento das sociedades e das pessoas em suas singularidades e diferenças. Esta formação deve ser universal, para que possamos, enquanto formadores, nos enxergarmos no outro e que os conhecimentos adquiridos possam atender independentemente das especificidades individuais.

Quando pensamos na relação entre o Eu e o Outro, este não é concebido como aquele que não é como nós, que é diferente de nós. O outro é, ao mesmo tempo, o que me falta para existir e aquele que afirma de outra maneira minha existência, minha maneira de ser. Como diziam os pensadores de outrora: só podemos ver pela cegueira, conhecer pelo desconhecimento, compreender pela desrazão [...] Em compensação, a existência do outro coloca em jogo nossa singularidade. (MOSCOVICI, 2005, p. 13 apud OLIVEIRA, 2007, p. 218).

Finalizamos elucidando que só podemos aprender o que não temos conhecimento, entender o que não sabemos e formar o outro para o

desconhecido se o outro estiver aberto a conhecer o tamanho da sua pequenez diante da grandeza do próximo e a ver pela sua própria cegueira.

Que esse redimensionamento formativo possa mudar o caminhar da sociedade aracajuana que, há quase meio século, teve a APAE como a primeira associação de Sergipe a perceber, nas pessoas com deficiência, potencialidades educacionais.

Charlot (2005, p. 17) ressalta que se “[...] devemos tratar nossas crianças como sujeitos, vamos encontrar um método adequado para que eles aprendam”. Quando cada um for tratado em sua singularidade, a formação terá um novo conceito de ensino e aprendizagem.

Que possamos, através das formações, instrumentalizar os professores com meios que possam viabilizar uma nova escrita da Educação Especial no Estado de Sergipe e na vida de todos os que fizeram essa pesquisa acontecer, além daqueles findaram em fazer a leitura dessas entrelinhas.

### **Considerações finais**

No percurso desse estudo foi evidenciada a importância da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, visto que trouxe um olhar diferenciado para as pessoas com deficiência, o respeito e a dignidade enquanto cidadãos de direitos e deveres, capazes de construir sua história, respeitando suas possibilidades e potencialidades, inerentes a cada ser na sua individualidade, independentemente de ter ou não deficiência.

No galgar da sua caminhada, enquanto instituição que muito contribuiu na formação de professores e profissionais, voltada para a Educação Especial, a APAE de Aracaju deixou um legado de que formar pessoas para desenvolverem um trabalho de respeito às diferenças, levando em conta o tempo de cada um, como a sua singularidade e o seu mundo pessoal, necessita apenas do querer das partes envolvidas e que os meios adequados sejam viabilizados por aqueles que estão à frente, ponto que ficou claro e elogiado nas falas dos informantes, sendo de sua importância para a caminhada de meio século de vida da associação.

Sendo assim e diante do exposto, esperamos que a nossa pesquisa fomente novas reflexões acerca da formação de professores e práticas educativas em outras associações ou em instituições escolares, que o estudo apresentado seja motivador de professores e representantes de órgãos que promovem formações, de que sempre é possível acrescer o saber e que a necessidade de conhecimentos não se esgota em si, principalmente na área em foco.

Que possamos abordar o processo de formação de professores, de forma universal, alcançando a todos os cidadãos, na teoria e na prática, sem estigmatizações. Que não haja formações fragmentadas e sim, formados com possibilidades diversas para atender a todos igualmente, de acordo com as suas singularidades e potencialidades.

## Referências

- ALVES-MAZZOTTI, A. J. GEWANDSZNAJDER, F. *O método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa*. São Paulo: Pioneira, 1999.
- APAE. *Estatuto da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Aracaju*. Aracaju: Acervo da APAE/SE, 1969.
- APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Aracaju/SE. *Ata da 2ª Assembleia, 29 de abril de 1971*. Aracaju: Acervo da APAE/SE, 1971. p. 2-104.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BRASIL. *Para Todos: o movimento político das pessoas com deficiência no Brasil*. Brasília: Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, 2010.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015.
- CHARLOT, B. *Relação com o saber, formação dos professores e globalização: questões para a educação hoje*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

CHARTIER, R. *A História ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, A. C. *Como elaborar projeto de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

LE GOFF, J. Memória. In: LE GOFF, J. (Org.). *História e memória*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003, p. 419 - 476.

MARTINS, L. A. R. Identidade, diversidade e inclusão. In: PIZZI, L. C. V.; FUMES, N. L. F. (Org.). *Formação do pesquisador em educação: identidade, diversidade, inclusão e juventude*. Maceió: EDUFAL, 2007, p. 199 - 211.

MAZZOTTA, M. J. S. *Educação especial no Brasil: história e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, I. A. Educação inclusiva e formação de professores: a importância do corporal sensível. In: PIZZI, L. C. V.; FUMES, N. L. F. (Org.). *Formação do pesquisador em educação: identidade, diversidade, inclusão e juventude*. Maceió: EDUFAL, 2007, p. 213-227.

SANTOS, C. R. *Direito à Educação – A LDB de A a Z*. São Paulo: Avercamp, 2008.

SEIXAS, C. P.; FERNANDES, P. D. Institucionalização da educação especial brasileira e a escolarização das pessoas com deficiência em Sergipe. In: SOUZA, R. C. S. (Org.). *História da educação e suas interfaces*. Jundiá: Paco Editorial, 2015, p. 41-54.

SILVA, T. T. *Identidade e diferenças: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOUZA, R. C. S. *Educação Especial em Sergipe (Séc. XX): uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas*. Aracaju: Criação, 2013.